GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA DOS SISTEMAS ALIMENTARES PARA A REALIZAÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: A EXPERIÊNCIA DO BRASIL

6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, democracia e equidade

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República
Geraldo Alckmin
Vice-Presidente da República

SECRETARIA- GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Márcio Costa Macêdo
Ministro de Estado
Secretário Geral do Consea
Maria Fernanda Ramos Coelho
Secretária-Executiva
Flávio Schuch
Secretário-Executivo Adjunto

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA
Elisabetta Recine
Presidenta

SECRETARIA- EXECUTIVA DO CONSEA
Marília Mendonça Leão
Secretária-Executiva
Marcos Aurelio Lopes Filho
Coordenador-Geral

Equipe Técnica
Carmem Priscila Bocchi
Celiana Nogueira Cabral dos Santos
Elaine Santos Silva
July Ayalla Timoteo da Silva
Sônia Aguiar Cruz Riascos
Tatiane Nunes Pereira

Consultores Técnicos
Cristine Garcia Gabriel
Mick Lennon Machado

MESA DIRETIVA DO CONSEA E COMISSÃO EXECUTIVA DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
Elisabetta Recine
Antônio Ricardo Domingos da Costa (Dourado Tabeba)
Daniela Frozi
Edgar Aparecido de Moura
Jean Pierre Tertuliano Câmara
Mariana Santarelli
Regina Barros Goulart Nogueira (Kota Mulangi)
Valéria Burity
Vanessa Schottz

Grupo de Trabalho do Consea sobre Agenda Internacional em Segurança Alimentar e Nutricional
Elisabetta Recine
Melissa Pomeroy
Ana Lúcia Pereira
Carolina Oliveira Dias
Débora Rodrigues
Dinair Pereira Duarte Furtado
Eni Cunha
Gabriele Carvalho de Freitas
Gustavo da Cunha Westmann
Jean Carlo Cury Manfredini
Leila Santana
Luiza Trabuco
Mariana Santarelli
Marina Bolfarine Caixeta
Regina Nogueira (Kota Mulangi)
Renato Godinho
Saulo Ceolin
Solange Freitas Castro

Projeto gráfico e diagramação
Jimmy Carter F. L.

Sumário

5 Apresentação

7 Conhecer a história da agenda da Soberania e da Segurança Nacional Alimentar no Brasil para compreender o presente e planejar o futuro

15 A organização do sistema nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

- 17 Componentes do sistema nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- 19 Planejamento e financiamento das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do SISAN
- 21 Como fortalecer o SISAN nos territórios? Equipamentos, políticas e programas estratégicos
- 27 Momento atual – rumo à 6a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Apresentação

Olá! Tudo bem? Como está sua expectativa para participar da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil como nosso convidado e observador internacional? Queremos que sua experiência seja a melhor possível, e por isso, preparamos este documento.

Explicar o significado desta Conferência em algumas páginas é um desafio, principalmente diante da necessidade de localizar este processo no âmbito de uma política pública complexa e em um contexto social e político igualmente complexo. Por isso, além deste documento, ao longo do texto iremos sugerir algumas leituras complementares que podem ajudar a entender como o Brasil avançou, retrocedeu e novamente busca se organizar para uma governança democrática dos sistemas alimentares para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

A 6ª Conferência acontecerá num momento fundamental da história brasileira. Será a primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada desde 2015. De lá para cá, o Brasil enfrentou sérios problemas políticos, sociais e econômicos, que enfraqueceram nossa democracia e geraram retrocessos na garantia do DHAA. Mas calma, vamos detalhar melhor essa história mais adiante. Por enquanto, é importante que você saiba que neste período, a participação da sociedade civil na governança das políticas públicas foi fragilizada, e, se em 2014 comemoramos a saída do Brasil do Mapa da Fome da ONU, em 2022, tínhamos 125 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar e 33 milhões passando fome.

Em 2023, o povo brasileiro elegeu novamente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a esperança de que os enormes problemas que assolam o país possam ser enfrentados de forma democrática e com a urgência necessária. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que havia sido desmontado em 2019, foi reinstalado em 2023, possibilitando que a Conferência Nacional fosse novamente realizada. Por isso, há muita expectativa para este momento. Você terá a oportunidade de vivenciar tudo isso, de forma intensa, ao longo de uma semana, na presença de representantes de governo e sociedade civil nos níveis municipal (mais local), estadual e federal - denominados de delegados. E, esperamos que tenhamos uma troca intensa de experiências e saberes e possamos delinear estratégias comuns para contribuir com os desafios enfrentados nos espaços globais e regionais de governança da segurança alimentar e nutricional.

Desejamos uma ótima leitura e uma excelente experiência no Encontro Internacional e durante a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional!

CONHECER A HISTÓRIA DA AGENDA DA SOBERANIA E DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

NO BRASIL PARA COMPREENDER O PRESENTE E PLANEJAR O FUTURO

A experiência do Brasil na formulação e implementação de políticas públicas para garantia do DHAA tem sido reconhecida internacionalmente e desperta o interesse de diversos países. No entanto, conhecer como está estruturada a governança destas políticas públicas, depende da compreensão de dois contextos. O primeiro, é o histórico de luta do povo brasileiro contra a fome, e de como as demandas sociais foram incorporadas pelo governo e transformadas em políticas públicas. O segundo, refere-se à forma como o país planeja e executa suas políticas públicas para promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), considerando a organização político-administrativa brasileira. Falaremos sobre tudo isso neste documento. E, para começar, queremos convidar você a conhecer um pouco desta história, como condição para compreender o presente e participar nesta caminhada. Pode ser?

A história brasileira é marcada por inúmeras violências contra os povos originários deste território, contra os povos originários da África que foram trazidos como escravos para o Brasil, e contra o povo que aqui se formou. Violências praticadas pelos colonizadores, e atualmente por uma elite que detém enorme poder sobre nossa economia, política e sistemas alimentares, e que demonstra tem mais interesse em manter seus privilégios, do que contribuir para o desenvolvimento do país com justiça social e solidariedade. Este contexto histórico é responsável por manter grande parte do povo brasileiro em permanente situação de miséria e fome, mesmo em um país com alta produção agrícola, e que se orgulha em dizer que "alimenta o mundo".

Ao longo da história, toda essa violência gerou revoltas, denúncias e organização popular que foram fundamentais para permitir alguns avanços na garantia de direitos sociais, incluindo a alimentação adequada. E essa é uma informação importante! Foi pela organização da sociedade civil que nasceram as principais propostas e estratégias para as políticas públicas de enfrentamento da fome e da miséria no Brasil. Em alguns momentos dessa história, essas propostas e estratégias foram ouvidas e incorporadas pelos governos, e na maioria dos momentos, foram simplesmente ignoradas. Vamos te contar um pouco sobre isso...

Em meados dos anos 1900, diversas ações, programas

e políticas governamentais que alcançavam todo o país foram criadas com o objetivo de reduzir o problema da fome e melhorar a alimentação da população. A publicação, pela ONU, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o movimento internacional, pós 2ª Guerra Mundial, de investimento em políticas públicas para garantia de pleno emprego e de proteção de direitos sociais básicos, também foram importantes para impulsionar as políticas públicas para promoção da SSAN no Brasil. Foi neste período, por exemplo, que foi criado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), um dos maiores programas de alimentação de todo o mundo, e que existe até hoje!

E aí chegamos aos anos 1960. Um golpe de Estado instituiu uma ditadura militar no Brasil, que retirou a fome da agenda política. Nesse contexto, o país passou por um agressivo processo de industrialização e urbanização, que gerou uma grave crise alimentar nas áreas urbanas. Como resposta a essa crise, o governo brasileiro investiu fortemente na mecanização da agricultura, no desmatamento, no uso de agrotóxicos, na modificação de sementes, no latifúndio e na monocultura. Tal resposta não garantiu que o povo tivesse acesso aos alimentos que eram produzidos, e com isso, o problema da fome persistiu e se estendeu para as áreas rurais! Os pequenos agricultores começaram a se organizar em um movimento campesino que teve e continua tendo um papel central para as políticas públicas de enfrentamento da fome e da promoção da SSAN no país. Durante a ditadura militar, também presenciamos o avanço de um modelo econômico, conhecido como neoliberalismo, que defendia a redução do poder do Estado e das políticas públicas sociais, e que gerou um aumento da concentração de renda, altos índices de inflação, desemprego, miséria e mais fome no país. Nesse cenário desolador, os movimentos sociais novamente lideraram a luta pela redemocratização do Brasil e a retomada de políticas públicas para garantia de direitos sociais. A ditadura foi derrotada, e era hora de fortalecer a governança democrática!

Em 1986 ocorreu a 1ª Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, onde se debateu a "alimentação como direito" e foi elaborada uma proposta de uma Política Nacional de Alimentação e Nutrição, o Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. Em 1988, foi publicada a nova Constituição Federal do Brasil, que colocou como

objetivos fundamentais da República, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais, a partir de um conjunto de direitos sociais que devem ser garantidos pelo Estado brasileiro. Contudo, no início dos anos 1990, sem avanços na redução da fome e da miséria, diversos setores da sociedade brasileira se mobilizaram sob a liderança da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, e do Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida, em uma grande campanha nacional contra a fome e a miséria.

Este movimento foi decisivo para que o governo brasileiro criasse o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em abril de 1993, como uma "instância capaz de propor estratégias de mobilização, programação e articulação das ações a serem implementadas pelos setores governamentais e não-governamentais". Em 1994, o CONSEA organizou a 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, onde foram propostas diretrizes para a construção de um Sistema e de uma Política Nacional de Segurança Alimentar. Contudo, em 1995 o CONSEA foi extinto e o orçamento para as políticas públicas para promoção da SSAN foi severamente reduzido. Diante da insatisfação com o rumo que estava sendo tomado pelo governo brasileiro, entidades da sociedade civil criaram o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) em 1998, que mobilizou organizações não-governamentais para criação de Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar em todo o país.

Todo o debate e propostas para políticas públicas de SSAN que estavam sendo realizadas por entidades da sociedade civil brasileira, encontraram espaço na construção do plano de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2002. O tema do combate à fome assumiu centralidade no governo federal, e o CONSEA foi recriado em 2003, como órgão de assessoramento ao Presidente da República. A partir de então, diversas ações foram concretizadas, com o CONSEA assumindo protagonismo nestas conquistas. **Veja só**

a) Em 2023, foi lançado o Programa Fome Zero, criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas);

b) Em 2004, foi instituído o Programa Bolsa Família;

c) Também em 2004 foi realizada a 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que orientou a instituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

d) Em 2006, foi publicada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que finalmente criou o SISAN, um sistema sonhado e planejado pela sociedade civil organizada desde a década de 1980, mas efetivado há apenas 17 anos.

A LOSAN prevê a alimentação adequada e saudável enquanto um direito a ser garantido pelo poder público, através de políticas e ações para promover e garantir a SSAN da população. Além disso, definiu o conceito brasileiro de segurança alimentar e nutricional, como ***"a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis"***.

A Lei Orgânica também reforçou que o DHAA e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e consumo de alimentos.

Em 2007 o CONSEA realizou a 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que foi importante para construir as bases de regulamentação e estruturação do SISAN.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
Lei Federal
Nº 11.346/2006
(LOSAN)

Mas, havia um pequeno detalhe. A Constituição Federal brasileira não incluía a alimentação como um dos direitos sociais a ser garantido pelo Estado. Por isso, o CONSEA promoveu uma campanha com forte apoio de movimentos sociais e personalidades, que resultou na alteração da Constituição e inclusão da alimentação enquanto um direito social em 2010. Ainda naquele ano, o SISAN foi regulamentado e foi criada a PNSAN.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
Decreto Federal
Nº 7.272/2010

Em 2011 o Brasil aprovou o seu 1º. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2012-2015) e ocorreu a 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
(PNSAN)

Em 2013, o governo federal publicou uma nova edição da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, integrante da Política Nacional de Saúde, que passou a incorporar o conceito brasileiro de segurança alimentar e nutricional, aproximando-se da PNSAN, sendo ponto de partida para a reformulação do Guia Alimentar para a População Brasileira (apresentado mais abaixo). Todas as ações realizadas entre 2002 e 2013, resultaram na retirada de 82% da população brasileira da situação de subalimentação, o que permitiu ao Brasil sair do Mapa da Fome da ONU. *Que fato histórico!*

Na sequência, em 2015, o CONSEA realizou a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e em 2016 foi publicado o 2º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2016-2019).

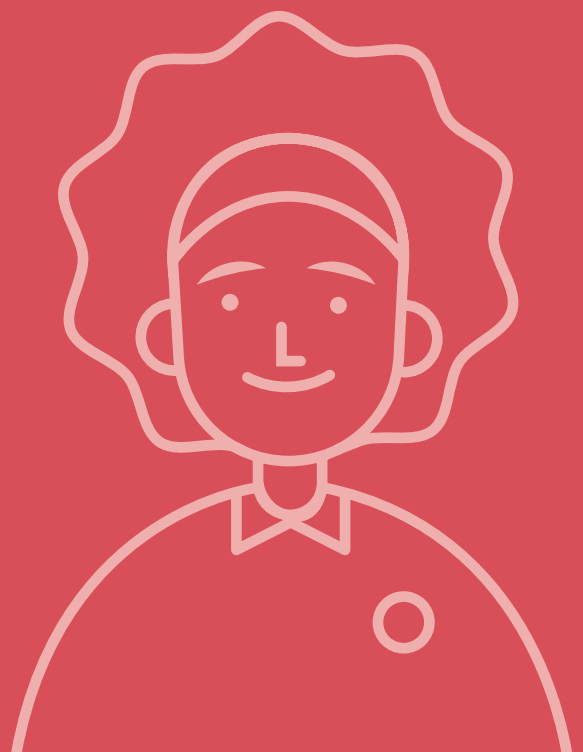
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
2º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
(PNSAN)

Este percurso resultou em melhoria nos indicadores sociais, de saúde e de segurança alimentar e nutricional do Brasil. E aí, tudo o que havia sido conquistado com muita luta, começou a desmoronar a partir de 2016, após o golpe parlamentar-jurídico-midiático contra a Presidente Dilma Rousseff e a adoção de várias reformas neoliberais e de restrição do orçamento para políticas sociais, com forte impacto sobre programas de SSAN. Com isso, rapidamente a pobreza e a insegurança alimentar voltaram a crescer no Brasil.

E tudo piorou com a eleição do presidente Bolsonaro. Em 2019, o CONSEA foi novamente extinto, e sem o CONSEA, a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional prevista para ocorrer naquele mesmo ano não foi realizada, e o 3º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional também não foi elaborado. Diversos programas foram fragilizados e praticamente extintos, houve redução dos investimentos para a agricultura familiar e para a reforma agrária, e a violência contra povos indígenas, populações negras e povos e comunidades tradicionais aumentou brutalmente. Em 2020, a pandemia de COVID-19 aprofundou ainda mais as desigualdades sociais em um Brasil que já havia desmontado suas políticas de proteção social, trabalho e geração de renda nos anos anteriores, levando 33 milhões de brasileiros à situação de fome.

Novamente, a sociedade civil organizada enfrentou os desafios que se apresentavam. Um conjunto de organizações e movimentos sociais convocou uma Conferência Popular por Democracia, Direitos, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, e embora não tenha sido realizada fisicamente devido à pandemia, manteve um processo contínuo de mobilização da sociedade, denúncias e incidência no congresso brasileiro. Entre outras atividades, realizou um tribunal popular que condenou o governo federal pela situação de fome e pobreza e encontros regionais, que foram importantes para preparar a retomada da governança democrática do SISAN a partir de 2023. E, agora, é uma nova história que vem sendo contada, repleta de esperança, com o CONSEA novamente instituído e a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional sendo realizada!

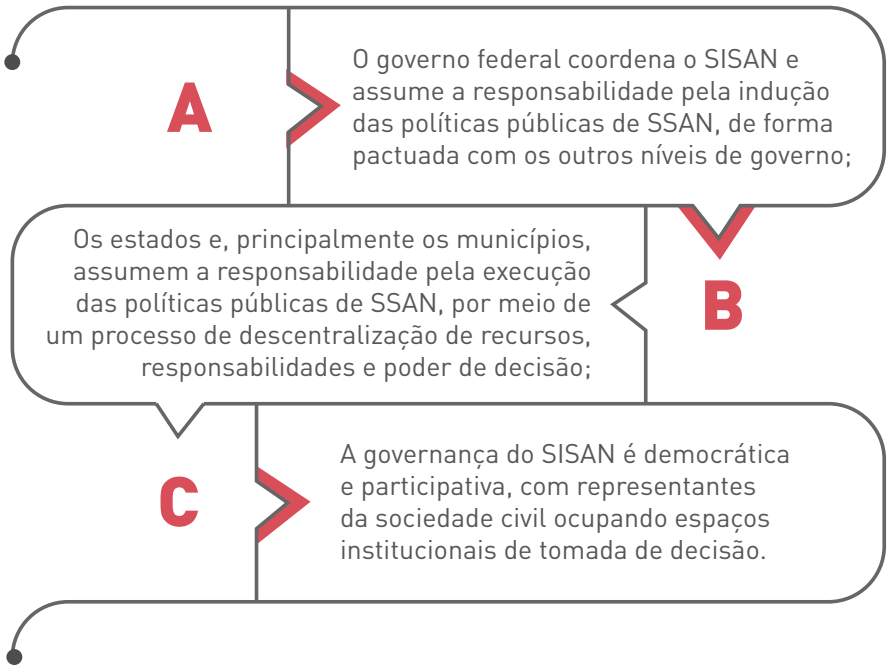
A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL



Agora que você conheceu um pouco da história que nos trouxe até aqui, vamos apresentar detalhes sobre a estrutura e o funcionamento do SISAN. Mas, nem tudo são flores! Estamos falando de um Sistema com apenas 17 anos de existência, e que ainda enfrenta muitos limites estruturais, além de todos os desafios políticos, que já foram brevemente apresentados para você na história contada anteriormente.

Sabemos que a fome e a insegurança alimentar e nutricional são fenômenos complexos, e enfrenta-se enormes interesses para garantir uma governança democrática dos sistemas alimentares. Por isso, aprendemos que essa governança precisa superar as dificuldades de articulação entre os diferentes setores de governo, entre níveis de governo e entre governo e sociedade civil. Também aprendemos que é necessário romper com uma lógica de programas pontuais e localizados, e caminharmos para a construção de políticas mais abrangentes, articuladas e permanentes.

Foi a partir destes aprendizados, que o SISAN foi pensado e colocado para aprovação em Lei em 2006. Mas, por que um Sistema? O Brasil conta com vários Sistemas Nacionais de políticas públicas, sendo que o Sistema Único de Saúde (SUS) é o nosso maior exemplo, que é universal e gratuito. A implementação de políticas públicas por meio de Sistemas tem sido importante para a realidade e para as características do Brasil. Somos um país com uma enorme extensão territorial e muitas desigualdades entre as regiões, temos um total de 5.570 municípios. A abordagem sistêmica foi a opção de diversos setores, possivelmente por facilitar a regulação da articulação interfederativa – federal, estadual e municipal – e a gestão intersetorial, em que se podem definir claramente os papéis e as responsabilidades de cada um, com a preservação da autonomia de cada ente federado. A adoção de um "sistema nacional" para a oferta das políticas públicas também veio atender a tendência nacional de compreender os diversos setores da sociedade de maneira interdependente e indivisível. Além disso, nossa organização político-administrativa ocorre por meio de um federalismo composto por 3 níveis de governo (nacional, estadual e municipal), cada um com autonomia política e administrativa. Esses aspectos são importantes para você compreender como ocorre a governança do SISAN.



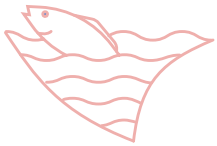
A efetivação de espaços de negociação e pactuação entre os diferentes níveis de governo para garantir um processo de descentralização que fortaleça o SISAN é um dos desafios que serão debatidos na Conferência!

É a partir destas características gerais que o SISAN se estrutura por meio de alguns componentes e é colocado em prática através de uma política pública própria e intersetorial: a PNSAN.

COMPONENTES DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Em resumo, foi a PNSAN que definiu as normas e regras gerais para a gestão, planejamento e financiamento do SISAN e das ações, programas e políticas de SSAN. Mas, na prática, quem garante que tudo isso ocorra? Para responder a essa pergunta, precisamos apresentar para você os componentes do SISAN:

a) Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional;
b) Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional;
c) Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN);
d) Órgãos e entidades de governo responsáveis pela implementação dos programas e ações de segurança



alimentar e nutricional nos 3 níveis de governo;

e) Instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão ao SISAN e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do Sistema.

Outro desafio atual do SISAN é regular a participação das organizações da sociedade civil e do setor privado, prevenindo os possíveis conflitos de interesse destas instituições com a agenda da SSAN e com o próprio Sistema. Esse é um dos temas que será discutido na Conferência!

Destes 5 componentes, 3 merecem destaque e iremos descrevê-los brevemente.

CONFERÊNCIAS: eventos que ocorrem pelo menos a cada 4 anos, amplamente democráticos, que reúnem representantes de governo e de diferentes segmentos da sociedade civil para debater e propor as prioridades para o campo da SSAN no país, nos estados e nos municípios.

CONSELHOS: instâncias compostas por ⅓ de representantes de governo e ⅔ de representantes eleitos da sociedade civil. Além do Conselho Nacional, Estaduais e do Distrito Federal, em funcionamento, atualmente existem caminhos para a instalação dos conselhos municipais e o funcionamento de alguns deles. Por meio de reuniões e assembleias periódicas, os conselheiros acompanham a implementação do SISAN e a execução das políticas de SSAN. Além disso, com base no que for aprovado nas Conferências, devem discutir e definir quais são as prioridades para as políticas e programas que compõem o Plano de SAN.

CÂMARAS: reúnem apenas os representantes dos setores de governo, com a função de fazer a articulação entre esses setores. Você lembra dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional que comentamos durante a nossa história? É responsabilidade das CAISANs, que podem existir nos três níveis de governo (nacional, estadual e municipal), elaborar esses Planos com base no que for aprovado nas Conferências, e nas prioridades apontadas pelos Conselhos.

Conseguiu perceber a estreita relação entre estes 3 componentes? Para que o SISAN atinja seus objetivos, é fundamental

que haja articulação entre eles. Por isso, quando o Conselho Nacional foi extinto, todo o Sistema ficou comprometido.

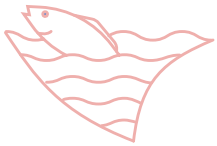
Estes 3 componentes existem no âmbito do governo federal, e precisam estar presentes nos estados e municípios que estão aderidos ao SISAN. E, aqui, temos uma informação muito importante! Estados e municípios não são obrigados a fazer parte do SISAN, mas são estimulados a realizar a adesão ao Sistema como caminho para uma governança democrática dos sistemas alimentares e para viabilizar programas e políticas de SSAN em seus territórios. No entanto, apesar de todos os 27 estados já estarem aderidos ao SISAN, a adesão dos municípios ainda é baixa no país. ***Esse é um dos grandes desafios do SISAN e que será debatido ao longo da Conferência!***

Agora que você já conhece os componentes do SISAN, vamos falar sobre como ocorre o processo de planejamento e financiamento desse Sistema, pois sem um bom plano e sem recursos, o SISAN será apenas uma boa ideia, mas sem capacidade de ser colocada em prática, não é verdade? Então, vamos lá!

PLANEJAMENTO E FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO DO SISAN

O planejamento, gestão e execução da PNSAN, bem como de aspectos da governança do SISAN, devem ser conduzidos a partir de Planos de Segurança Alimentar e Nutricional. Estes Planos precisam indicar metas e indicadores para acompanhamento dessas metas, bem como os responsáveis e o orçamento necessário para a execução das metas.

As metas devem ser construídas considerando os principais desafios e problemas a serem enfrentados para a garantia do DHAA. Mas, como identificar esses desafios e problemas? Em primeiro lugar, é necessário considerar as propostas aprovadas e priorizadas nas Conferências, o que é fundamental para garantir uma governança democrática. Também é importante realizar um amplo diagnóstico da situação de segurança alimentar e nutricional da população, que permita identificar as causas da insegurança alimentar e da fome. Além disso, os Planos precisam conter metas que respondam por



8 diretrizes estabelecidas pela PNSAN, e que descrevem o que precisa ser feito para a garantia do DHAA e a promoção da SSAN. As 8 diretrizes são:

1. Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

2. Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;

3. Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do DHAA;

4. Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária;

5. Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;

6. Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;

7. Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do DHAA em âmbito internacional;

8. Monitoramento da realização do DHAA

Os Planos de Segurança Alimentar e Nutricional devem ser elaborados a cada 4 anos pelo governo federal, e por todos os estados e municípios aderidos ao SISAN. A responsabilidade pela elaboração dos Planos é da CAISAN Nacional e das CAISANs de cada um dos estados e municípios. Com os Planos elaborados, o próximo passo é garantir recursos financeiros para a execução das metas descritas no Plano.

O financiamento para a governança e gestão do SISAN, e para a formulação e execução de políticas, programas e ações públicas de SSAN é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, e os governos dos estados e municípios. No entanto, atualmente o **financiamento é um dos desafios do SISAN**, pois as regras e os espaços de negociação e pactuação ainda não estão definidos, e os recursos financeiros não são estáveis. **Estas definições estão entre as prioridades para o avanço do SISAN e serão discutidas durante a Conferência Nacional.**

COMO FORTALECER O SISAN NOS TERRITÓRIOS? EQUIPAMENTOS, POLÍTICAS E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Agora que você já conheceu a história do SISAN e como o Sistema foi desenhado, precisamos imaginá-lo funcionando, a todo vapor, em articulação com outros sistemas de políticas públicas e por meio de programas e políticas de SSAN.

Será que isso vai dar certo? Como aproveitar e integrar estratégias que já existiam e funcionavam bem? E como melhorar e aproximar aquilo que ainda estava distante dos princípios do SISAN? Quantas dúvidas! Ninguém disse que seria fácil, não é mesmo? Mas calma, vamos tentar exemplificar e traçar paralelos possíveis.

Uma lição nós já aprendemos! Para o SISAN dar certo, é preciso articular e alinhar as principais políticas de SSAN e os guias alimentares do país aos princípios e diretrizes do Sistema. E

muita coisa foi feita nesse sentido! Nessas quase duas décadas de existência do SISAN no Brasil, muitas foram as estratégias públicas adotadas com a tentativa de garantir o direito à alimentação e promover a SSAN.

Pois bem, mas para além dos aspectos teóricos do SISAN, vamos agora pensar em *como fazer o Sistema alcançar a população e efetivamente contribuir para a garantia do DHAA?* Podemos traduzir essa questão: *como a população consegue acessar e se beneficiar diretamente do SISAN?* Isso irá ocorrer por meio de um conjunto de políticas, programas e ações.

Programa de transferência direta de renda, de alimentação escolar gratuita e universal, de aquisição pública de alimentos diretamente de pequenos produtores, de distribuição de alimentos e refeições, de captação de água para famílias em insegurança hídrica, de educação alimentar e nutricional e de promoção da alimentação saudável se destacam em meio a outras importantes iniciativas. Muitos destes programas existiam antes mesmo da criação do SISAN. Mas, por terem foco na promoção da SSAN, foram incorporados no âmbito da governança do Sistema. Não iremos descrever todos neste momento, mas se você quiser mais detalhes, pode olhar as nossas sugestões de referências.

Um exemplo é a rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN), constituída por diferentes instalações físicas que possuem o objetivo de facilitar ou garantir o acesso a serviços, alimentos e refeições de forma gratuita ou com baixo custo. Como principais EPSAN no Brasil, podemos destacar, as feiras de alimentos, os restaurantes populares, as cozinhas comunitárias ou solidárias e os bancos de alimentos. A população também pode acessar os distintos programas de SSAN desenvolvidos nos territórios por meio de diversas outras instituições, como as escolas, os centros de assistência social, de saúde e os hospitais.

Vamos a outros exemplos?

Vejamos: antes da criação do SISAN, o Brasil já era reconhecido como exemplo mundial na oferta da alimentação escolar pública. Nosso Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) já

servia de inspiração para outros países. Mas o que mudou com a implementação do SISAN?

Pois bem, o SISAN foi regulamentado no Brasil em 2006 e, apesar do PNAE ter nascido muito tempo atrás, foi só em 2009 que o programa ampliou (e muito!) os seus objetivos e abrangência no país, por meio de uma lei ousada, inovadora e bastante alinhada ao SISAN. Uma das principais mudanças promovidas por essa regulamentação foi a obrigatoriedade de que, no mínimo, 30% das compras públicas para a alimentação escolar no país fossem de produtos da agricultura familiar, e de preferência produzidos em assentamentos da reforma agrária, por indígenas, quilombolas ou por grupos liderados por mulheres. Essa medida tem fortalecido as economias locais e o desenvolvimento rural, contribuindo assim para a SSAN e para a construção de sistemas alimentares sustentáveis. Olha o SISAN se fortalecendo!

O PNAE EM NÚMEROS:

5,5 BILHÕES de reais
(1,1 bilhão de dólares) investidos em 2023;
40 MILHÕES de estudantes matriculados
na educação básica brasileira.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
Programa de Aquisição de Alimentos
(PNAE)

Além do PNAE, outras estratégias e programas têm se mostrado essenciais para a trajetória do SISAN no Brasil. Um deles é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que nasceu em 2003, um pouco antes da regulamentação do SISAN. A proposta do programa é a seguinte: o governo compra os alimentos dos agricultores familiares e os distribui para instituições de assistência

social, escolas e EPSAN, por exemplo. Com essa estratégia, garante-se renda a quem produz e uma alimentação mais acessível e de qualidade para a população. Percebeu como o PAA é importante para o SISAN?

Mesmo assim, o PAA foi um dos programas mais atingidos pelas recentes crises brasileiras e teve seus recursos financeiros praticamente zerados nos últimos anos. Mas, felizmente, a partir de 2023 o PAA voltou a ocupar lugar central nas discussões sobre SSAN da nossa população, apresentando novas regras e orçamento para facilitar o acesso de populações prioritárias ao programa, como os produtores indígenas e as mulheres. Ah, e assim como no PNAE, tudo isso precisa ocorrer com a participação e o acompanhamento da sociedade civil.

E veja só, também nesse ano, o governo regulamentou a ligação do PAA com o SISAN. Ou seja, para que os municípios possam aproveitar dos benefícios do PAA, eles precisarão ter aderido ao SISAN. **Olha mais um mecanismo para fortalecermos o SISAN aqui?**

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
Portaria MDS
Nº 899/2023

O PAA EM NÚMEROS:

500 MILHÕES DE REAIS (100 milhões de dólares) investidos em 2023;
500 MIL agricultores familiares participantes;
Cerca de 8 MIL instituições atendidas por ano com o fornecimento de alimentos.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
Programa de Aquisição de Alimentos
(PAA)

Os dois programas que citamos acima, o PAA e o PNAE, são referências para agricultores familiares, movimentos sociais e governos de outros países, sendo também reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e pela Organização das Nações Unidas (ONU) como programas de sucesso na área da SSAN.

E um terceiro programa chave para o enfrentamento da fome na sociedade brasileira é o Programa Bolsa Família, que é o maior programa de transferência de renda do Brasil, reconhecido internacionalmente por já ter tirado milhões de famílias da fome. Para ter acesso ao Bolsa Família, as famílias cadastradas precisam comprovar que são acompanhadas pelos serviços públicos de saúde, assistência social e educação, o que faz com que elas tenham acesso aos programas de SAN nestes serviços. Viu como os programas precisam estar interligados?

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM NÚMEROS:

Orçamento anual de aproximadamente
175 BILHÕES DE REAIS (36 bilhões de dólares);
55 MILHÕES de pessoas beneficiárias em agosto de 2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
Programa Bolsa Família

Agora que já apresentamos três dos principais programas brasileiros de SSAN diretamente relacionados ao SISAN, podemos pensar também em outros mecanismos interessantes para fortalecermos nosso ideal de SSAN. Um destes se refere aos guias alimentares que os países devem elaborar e, especialmente, disseminar entre as populações. Estes guias também precisam estar alinhados ao nosso conjunto de políticas e programas de SSAN, e é isso que o Brasil fez.

Vamos ao exemplo?

O Brasil lançou seu primeiro Guia Alimentar para a População Brasileira em 2006, contendo as primeiras diretrizes alimentares oficiais para a nossa população. Todavia, em resposta aos muitos avanços na área de SSAN que ocorreram no país nos anos seguintes, uma das recomendações do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil foi para atualizarmos esse importante instrumento de educação alimentar e nutricional. Assim, após discussão com o CONSEA e como mais uma iniciativa para o fortalecimento do SISAN e da PNSAN, em 2014, o país lançou a nova edição do Guia Alimentar para a População Brasileira que também dialoga diretamente com os marcos legais do Sistema.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
Guia Alimentar para a População Brasileira
(Português)

Quer ver? Um dos princípios do Guia Alimentar para a População Brasileira é que a **alimentação adequada e saudável deriva de um sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável**. Ou seja, quando o poder público incentiva a organização de hortas urbanas ou comunitárias, a criação de cozinhas ou restaurantes populares e acessíveis, que forneçam alimentos produzidos localmente ou ainda, a compra de alimentos de agricultores familiares para fornecer nas escolas, ele está fortalecendo o SISAN, o PAA, o PNAE e colocando o

nosso Guia Alimentar em prática!

Fechamos a explicação sobre o SISAN e as políticas e programas de SSAN no Brasil. Agora, iremos dar detalhes da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para preparar ainda mais a sua participação neste evento que é um símbolo de governança democrática no Brasil!

MOMENTO ATUAL – RUMO À 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Agora é oficial! Ah, como esperamos por este momento. Que alegria! A 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional vem aí! Como não se emocionar? Para extravasar a alegria que estava reprimida nos últimos anos, podemos cantar juntos:

A gente não quer só comida.
A gente quer comida, diversão e arte.
A gente não quer só comida.
A gente quer saída para qualquer parte.
A gente não quer só comida.
A gente quer bebida, diversão, balé.
A gente não quer só comida.
A gente quer a vida como a vida quer.
Bebida é água! Comida é pasto!
Você tem sede de quê? Você tem fome de quê?
A gente não quer só comer.
A gente quer comer e quer fazer amor.
A gente não quer só comer.
A gente quer prazer pra aliviar a dor
(Antunes, Fromer, Brito, 1987).

Na década de 80, os Titãs, banda de rock formada na cidade de São Paulo, Brasil compuseram a canção acima que recebeu o nome de "Comida". Na letra da música a fome ganha dimensão bem apropriada ao contexto de luta pela redemocratização que o país vivenciava – a fome de democracia, cultura, diversão, arte e felicidade.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
Playlist de músicas
"Brasil sem Fome Canta"
(Spotify)

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
Playlist de músicas
"Brasil sem Fome Canta"
(Youtube)

Seguindo nossa história, em junho deste ano, a Presidência da República, por meio do CONSEA, convocou a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
Resolução Nº 3/Consea
(15 de junho de 2023)

Antes de falarmos da 6ª Conferência, é importante que você saiba quais foram as temáticas das cinco conferências anteriores que aconteceram em diferentes cidades do país. Esses temas refletem a trajetória da SSAN aos olhos da sociedade brasileira.

DADOS DAS CINCO CONFERÊNCIAS:

1994 - 1ª Conferência: Fome: uma questão nacional
2004 - 2ª Conferência: A Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
2007 - 3ª Conferência: Por um desenvolvimento sustentável, com soberania e segurança alimentar
2011 - 4ª Conferência: Alimentação adequada e saudável: direito de todos
2015 - 5ª Conferência: Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar
2023 - 6ª CONFERÊNCIA: "Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
Relatórios das Conferências anteriores

Vamos então aos detalhes da 6ª Conferência:

Qual o lema da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional?

Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade.

Quais os principais objetivos da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional?

- Fortalecer os compromissos políticos com a Democracia, com a erradicação da fome com Comida de Verdade e com o DHAA, por meio de sistemas alimentares justos, antirracistas, antipatriarcais, sustentáveis, promotores de saúde e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional;

- Definir propostas a serem encaminhadas ao Governo Federal Brasileiro e que integrarão o 3º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser elaborado pela CAISAN Nacional e publicado em 2024.

Onde eu posso encontrar informações sobre a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional?

Além do ato normativo que citamos acima, existem dois documentos chave:

- Caderno de Orientações, lançado em junho de 2023. Traz todos os detalhes sobre o funcionamento da 6ª Conferência e descreve como devem ocorrer as conferências prévias nos municípios e estados brasileiros.
- Documento Base, lançado em agosto de 2023. Apresenta os eixos estratégicos da 6ª Conferência.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
Orientações 6a Conferência

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
Documento Base

E quais os eixos estratégicos da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional??

A 6ª Conferência vem sendo organizada por meio de três eixos temáticos e para cada um foram definidos objetivos, textos base e questões problematizadoras. Veja a seguir uma breve síntese dos eixos:

EIXO 1 – Determinantes estruturais e macrodesafios para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Ideia central: Por um desenvolvimento socioeconômico sustentável, solidário e justo que enfrente os determinantes estruturais da(s) fome(s), promova SSAN, garanta a superação das desigualdades, dos racismos e do patriarcado, e promova justiça socioambiental, econômica, política e cultural do âmbito local ao global.

Exemplos de questões problematizadoras:

1. *De que forma o Poder Público pode contribuir para a superação dos determinantes estruturais da fome?*
2. *Como a defesa da diversidade dos patrimônios e culturas alimentares pode ser promovida nos diferentes contextos e territórios?*
3. *Que estratégias devem ser adotadas pelo Governo brasileiro para contribuir com a democratização da governança global dos sistemas alimentares?*

EIXO 2 – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e políticas públicas garantidoras do Direito Humano à Alimentação Adequada

Ideia central: Diretrizes para o fortalecimento e popularização do SISAN enquanto sistema público intersetorial de fomento, pactuação, articulação, implementação, gestão federativa e controle social de políticas públicas que garantam direitos e assegurem produção, abastecimento e acesso de todas as pessoas à Comida de Verdade e propostas para o Governo Federal para a elaboração do 3º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Exemplos de questões problematizadoras:

1. *Como avançar na descentralização do SISAN, fazendo com que estados e municípios incorporem e executem a Política*

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional?

2. *Quais estratégias ou alternativas para o cofinanciamento das ações, programas e políticas públicas de SSAN e das instâncias de gestão intersetorial e de controle social?*
3. *Quais os limites e os principais desafios para articulação do SISAN e outros Sistemas Nacionais de Políticas Públicas, como o SUS e o SUAS, para confirmação de territórios de proteção social?*

EIXO 3 – Democracia e Participação Social

Ideia central: Aprofundar e ampliar a democracia por meio do controle e da participação social, do fortalecimento de estratégias de exigibilidade do DHAA e do protagonismo dos sujeitos de direito e dos seus territórios na conformação de sistemas alimentares justos, equitativos, antirracistas, sustentáveis, promotores de saúde e livres de conflito de interesses, em âmbito nacional e global.

Neste eixo também deverão ser trabalhadas questões relativas à recomposição e ampliação, pelo Governo brasileiro, de iniciativas de participação social na política externa brasileira e na cooperação internacional em SSAN; a revisão, com ampla transparência e participação social, das prioridades da Política Externa Brasileira para a SSAN e dos acordos internacionais firmados pelo Brasil com possíveis impactos no DHAA com vistas a fortalecer os vínculos de cooperação internacional horizontal e solidária Sul-Sul, com especial atenção à América Latina, ao Caribe e à África.

Exemplos de questões problematizadoras:

1. *Como promover e fortalecer processos de construção de cidadania para que a agenda popular tenha visibilidade e representação nos diferentes espaços formais de poder?*
2. *Quais devem ser as prioridades da atuação do Brasil para promoção da SSAN em âmbito global?*
3. *Que estratégias podem ser utilizadas para que o Brasil retome seu papel de protagonista e exemplo internacional na erradicação da fome com garantia da SSAN?*

Mas lembre-se: todos os eixos deverão levar com consideração a diversidade dos patrimônios e culturas alimentares, bem como as desigualdades e interseccionalidades de classe, raça e cor, etnia, gênero e identidade de gênero, identidades afetivo-sexuais, funcionais, territoriais, entre outras.

A Conferência Nacional é sempre precedida pelas Conferências Estaduais e Municipais. Essas Conferências prévias elegem delegados/as para participarem da Conferência Nacional junto com os conselheiros nacionais. E nesta 6ª Conferência Nacional, buscando garantir a maior representatividade possível dos mais diversos públicos, interesses e demandas sociais, também foram regulamentadas e incentivadas Conferências Livres Nacionais e Encontros Temáticos. *Veja o quão plural pode e deve ser esse nosso processo de reafirmação de uma governança democrática e luta pela SSAN.*

Para termos uma ideia, vejamos abaixo os números das conferências até então realizados no país:

- *Conferências Estaduais e do Distrito Federal: 27*
- *Municipais e/ou Regionais ou Territoriais: 986*
- *Conferências Livres Nacionais: 21*

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
Plataforma Digital da 6ª CNSAN

Você também pode buscar mais informações na página oficial do CONSEA, a qual contém um espaço próprio para a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Neste espaço você encontrará também documentos com resumo dos principais programas e ações que serão tratados ao longo do processo da 6ª Conferência. Estes documentos foram chamados de Fichas Técnicas, e trazem importantes detalhamentos sobre os programas e ou ações prioritárias de setores de governo em prol da SSAN, no idioma português.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
Página oficial do CONSEA

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
Fichas Técnicas

E se você leu este documento até aqui, é porque o seu olhar e a sua contribuição também são essenciais para seguirmos avançando! Vamos lá?

Brasília, Distrito Federal, Brasil, dezembro de 2023.

Ministério Federal
da Alimentação
e Agricultura

Patrocínio:

IBIRAPITANGA

FNDE

ITAIPU BINACIONAL

BANCO DO BRASIL

Apoio:

inesc

APOIO:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

REALIZAÇÃO:

CONSEA
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SECRETARIA-GERAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO